



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Aurélio Pedro Monteiro Ferreira comunicou em 31/03/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre os dias 31 de março a 3 de abril de 2015, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Dr.ª Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 6, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE MARÇO DE 2015
3. REQ. N. 335/15, DATADO DE 16/03/2015 – PC N.º 437/14, DATADO DE 17/12/2014 – GUIDO MIGUEL MIRANDA LETRA

4. REQ. N. 288/15, DATADO DE 06/03/2015 – PC N.º 411/14, DATADO DE 19/11/2014 – ALBÉRICO BAPTISTA DE SOUSA
5. REQ. N. 400/15, DATADO DE 25/03/2015 – PC N.º 44/15, DATADO DE 16/02/2015 – MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO E ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES
6. REQ. N. 421/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 37/15, DATADO DE 05/02/2015 – EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA
7. REQ. N. 429/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 384/14, DATADO DE 31/10/2014 – PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO
8. REQ. N. 205/15, DATADO DE 16/02/2015 – PC N.º 438/11, DATADO DE 28/11/2011 – FAMOPLA - FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.
9. REQ. N. 286/15, DATADO DE 05/03/2015 – PC N.º 376/14, DATADO DE 29/10/2014 – FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA
10. REQ. N. 344/15, DATADO DE 16/03/2015 – PC N.º 424/14, DATADO DE 02/12/2014 – FAUSTO ALMEIDA, LDA
11. REQ. N. 202/15, DATADO DE 16/02/2015 – PC N.º 431/14, DATADO DE 10/12/2014 – JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ
12. REQ. N. 816/14, DATADO DE 03/06/2014 – PC N.º 189/14, DATADO DE 03/06/2014 – CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA
13. REQ. N. 422/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 91/15, DATADO DE 30/03/2015 – SOCINVEST – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS, LDA
14. REQ. N. 1735/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 552/2014, DATADO DE 12/11/2014 – BRIGITTE DE JESUS FERNANDES
15. REQ. N. 1417/12, DATADO DE 27/08/2012 – PC N.º 286/08, DATADO DE 28/08/2008 – ADRIANA PAULA CALADO ROQUE
16. REQ. N. 220/11, DATADO DE 31/01/2011 – PC N.º 33/11, DATADO DE 31/01/2011 – FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA E MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE
17. REQ. N. 2004/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 278/12, DATADO DE 05/09/2012 – MANUEL ALVES DUARTE

18. REQ. N. 397/15, DATADO DE 25/03/2015 – PC N.º 85/15, DATADO DE 25/03/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
19. REQ. N. 244/15, DATADO DE 26/02/2015 – PC N.º 76/2015, DATADO DE 26/02/2015 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA
20. REQ. N. 215/15, DATADO DE 19/02/2015 – PC N.º 68/2015, DATADO DE 19/02/2015 – JOSÉ MANUEL GOMES PARRACHO
21. BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE, SA – ISENÇÃO/REDUÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS
22. INÍCIO DO PROCEDIMENTO RESPEITANTE À SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO – RMEUMMG
23. PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE - OBRA SITA NA RUA D. FERNANDO I – S. PEDRO DE MOEL. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.
24. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
25. EMPREITADA DE: BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA - CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2009. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.
26. EMPREITADA DE: BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS OUTEIRINHOS- CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2007. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.
27. RECEPÇÃO DEFINITIVA
28. RECEPÇÃO DEFINITIVA
29. REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO – RECONSTRUÇÃO DE MURO PROPRIEDADE DE MARIA CELESTE SOUSA CARDEIRA
30. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2014. MANDATO DISCRIMINADO.
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE PARA O PERÍODO DE 24 MESES"*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE GEOMÉDIA"*, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE MAIO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
34. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – 4.ª REVISÃO DE PREÇOS
35. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARGARIDA ALEXANDRA CARDOSO SILVA, RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 9 RÉ S DO CHÃO DIREITO PARA A HABITAÇÃO N.º 44, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL, POR MOTIVOS DE SAÚDE E OUTROS.
36. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉ S-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5 SITA NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, CASAL DE MALTA, A FAVOR DE ELIZABETE DO COUTO ALVES, POR MOTIVO DE DIVÓRCIO.
37. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉ S-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5, SITA NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, TRANSMITIDA A FAVOR DE ELIZABETE DO COUTO ALVES, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR.
38. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 4, ATRIBUÍDA A DIAMANTINA PINTO HENRIQUES, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR.
39. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE MAIO DE 2015.
40. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JUNHO DE 2015.

41. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
42. PEDIDO DE APOIO À EXPOSIÇÃO DE VIDRO CONTEMPORÂNEO EM VENEZA ORGANIZADA PELO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO VICARTE
43. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se e foi atendida a seguinte munícipe:

1 – **D. Emília Piedade Almeida**, residente na Rua do Pinheiro Manso, n.º 24, Pero Neto, Marinha Grande, que referiu que a água da Fonte do Morais está cheia de areia, devido às obras de saneamento. Referiu ainda o mau cheiro que se faz sentir na Rua do Lavadouro, e a falta de iluminação pública na rua onde mora. Disse que há mais de uma semana que não há iluminação na referida rua, e é necessária, especialmente em frente à sua casa, pois é uma zona muito escura e junto ao pinhal.

O Sr. Vereador Paulo Vicente cumprimentou a munícipe bem como todos os presentes e informou, relativamente aos assuntos expostos, o seguinte:

- ⇒ A Câmara está a requalificar e a construir as infraestruturas domésticas e pluviais da Rua da Panificadora. A Fonte do Morais tem 2 poços de retenção de águas, com seixos para a purificação da água, está num baixo e apanha as nascentes que vêm da encosta. A situação, após a obra, vai ser reposta. Neste momento a fonte está a correr e tem o mesmo caudal que costuma ter no verão, porque depois das obras ainda não choveu para repor os caudais. A fonte não tem água tratada mas não é para desactivar.
- ⇒ Vai verificar o que se passa com a iluminação pública, que não tem nada a ver com a iluminação doméstica.
- ⇒ A limpeza da Rua do Lavadouro é da competência da Junta de Freguesia da Marinha Grande, pelo que lhe irá reportar a situação.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Apresentação do projeto "Á descoberta das 4 cidades"

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** cumprimentou todos os presentes e informou que pediu à Dr.ª Cristina Simões, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, para vir apresentar o projecto, muito importante para as crianças do concelho e que decorre há mais de 20 anos.

De seguida leu o e-mail enviado pelo Professor Joaquim Gouveia, responsável pelo projecto, e que irá ser anexado à presente ata (**Anexo 4**).

Seguidamente a Dr.ª Cristina Simões apresentou o projecto "Á descoberta das 4 cidades", ao qual está ligada desde que ingressou na Câmara Municipal da Marinha Grande, traçando um breve historial da evolução do mesmo, das temáticas abordadas ao longo dos anos, das publicações que editaram e de como ele mudou a vida e a forma de ver o mundo das crianças que nele participaram e que hoje são adultos.

No final da apresentação foram distribuídos a todos os membros do executivo sacos com todas as publicações editadas desde o início do projecto.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Agradeceu a presença da D. Emília, e está certo de que o Sr. Vereador Paulo Vicente vai resolver o problema que apresentou, pois é sua tónica a resolução atempada dos problemas.
- ⇒ Agradeceu também a apresentação do projecto "À descoberta das 4 cidades", de que gostou muito, por se tratar de um projecto que realça as boas práticas.
- ⇒ Disse que não traz questões colocadas pelos munícipes porque as suas próprias questões não têm sido respondidas. Relembrou que na reunião camarária de 09/01/2014 expôs o assunto da abertura da creche social e que têm sido avançadas em entrevistas nos jornais promessas de datas para a abertura, só que 2014 já passou, 2015 está em curso e ainda não aconteceu. Por isso pediu ao Sr. Presidente que ponha mãos à obra.
- ⇒ Sinalética – é um assunto falado pelos munícipes, nomeadamente pelo Sr. Andrade, e por si próprio. Voltou a pedir a sinalética para o artesão Medeiros e para o Poeiras – sinalética precisa-se!
- ⇒ Voltou a chamar a atenção para a reparação dos danos causados nos passeios do Largo Ilídio de Carvalho.
- ⇒ Na reunião de 08/01/2015 disse que falta o Mercado Municipal – construam-no!

- ⇒ Na reunião de 19/03/2015 falou da reestruturação e revitalização do centro histórico, enaltecendo o artigo do Assessor do Sr. Presidente da Câmara.
- ⇒ Para terminar a intervenção, realçou uma boa prática da Câmara Municipal da Batalha, que criou um espaço para as mulheres que sofrem de violência doméstica, sugerindo que esta boa prática seja aproveitada aqui na Marinha Grande.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Anunciou que vai enviar para o Sr. Presidente, via e-mail, um requerimento com as questões cujo conteúdo se passa a reproduzir:
- 1- *Candeeiro sem luz na Rua dos Carreirinhos, junto ao nº 69, na Comeira.*
 - 2- *Há já muito tempo, desde 19 de janeiro de 2013, que o palco do Parque Mártires do Colonialismo não tem cobertura e o piso está em degradação progressiva. O rancho de Picassinos, regular utilizador do espaço, repetidamente solicita a reparação. Para quando a reparação?*
 - 3- *Bebedouros do Parque da Cerca não estão a funcionar. Quando são reparados?*
 - 4- *A gaiola de lançamento do martelo, junto do estádio, está colocada na área da “Feira de Abril”, não permitindo a sua utilização. Também aos sábados, devido ao número de pessoas que por ali passa, a utilização é condicionada e perigosa. Quando é deslocada para outra zona mais apropriada?*
 - 5- *O lavadouro do Parque do Vale do Ribeiro de São Pedro está muito sujo, a água com mau cheiro. O que se pode fazer para melhorar e quando?*
 - 6- *Quantas habitações sociais têm ocupação temporária e em que situação estão os processos judiciais de resolução, de cada um dos processos?*
- ⇒ Disse que a sua intervenção se vai centrar nos pelouros da Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho, dividindo-a em 2 pontos: o projecto “À descoberta das 4 cidades” e o Turismo.
- Projeto “À descoberta das 4 cidades” – é bom, deve continuar e sempre melhorado, prossequindo o que está feito. É uma boa acção de promoção, mas não se deve dormir sobre ela. É bom, é importante, mas é pouco face às necessidades. É importante que se dê ênfase às actividades, que não sendo da iniciativa da Câmara, fazem parte da agenda do concelho, mas não se pode ficar por aí.
 - Turismo – tem obras meritórias. A recuperação das escolas é de aplaudir, porque o retorno é sempre superior ao investimento. O bom trabalho está na recuperação das escolas, porque é importante e mais barato conservar do que requalificar.
É igualmente importante o Guia Turístico, mas considera-o excessivamente caro para o retorno que tem. Não há promoção ao turismo, porque criar os meios e depois não os divulgar não é nada. As iniciativas são boas, como foi o caso da Conferência sobre investimento em Moçambique, mas devem ser bem organizadas e devem ir buscar conselhos a quem os pode dar.

Em conclusão: considera muito importante fazer a promoção do turismo através dos profissionais da área; reduzir o abandono escolar; apoiar os alunos mais desfavorecidos e dar mérito aos alunos.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Questionou o executivo permanente, designadamente a Sr.ª Vereadora do pelouro, sobre qual o posicionamento da Câmara Municipal da Marinha Grande relativamente ao processo de transferência de competências da educação, e se o Ministério da Educação e Ciência já contactou os serviços no sentido de negociar um contrato de transferência neste âmbito.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:

- ⇒ Respondeu à questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, informando que há sete pedidos de habitação social formalizados em 2015, mais um. Informou ainda o Sr. Vereador que quando quiser visitar as habitações degradadas poderá fazê-lo, bastando marcar com uma técnica.
- ⇒ Referiu ainda que o Sr. Vereador, ao falar da educação, entrou em áreas que são do poder central.
- ⇒ Sobre a gaiola de lançamento do martelo, a questão é consigo e com o Sr. Vereador Paulo Vicente, e a situação já foi explicada ao clube e ao pai da atleta.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho respondeu o seguinte:

- ⇒ Guia Turístico – referiu que o retorno é aquele que as pessoas lhe quiserem dar, citando o exemplo do Presidente do NERLEI, que ainda ontem solicitou mais guias, pois vai às feiras e tem levado, para divulgação. Obviamente que está entregue a todos as agentes turísticas do concelho, mas poder-se-ão fazer outros produtos. Sugeriu ainda ao Sr. Vereador Carlos Logrado que leve consigo, para Moçambique, alguns exemplares.
- ⇒ Recuperação das escolas – é um assunto do Sr. Vereador Paulo Vicente e seu, uma vez que a necessidade destas obras é encontrada em parceria dos dois pelouros e das escolas. É transversal. A Câmara apoia e continuará a apoiar todas as iniciativas das escolas.
- ⇒ Conferência sobre investimento em Moçambique – foi aquela que foi possível fazer. Está-se a trabalhar em rede e tinha que ser feita, foi interessante, apesar de ter pouco público.

- ⇒ As outras questões prendem-se com políticas centrais e nacionais, sobre as quais o +Concelho não se pronuncia, mas às quais está atenta, a isso e a tudo o mais.
- ⇒ Sobre a questão colocada pela Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, e à qual o Sr. Presidente também poderá responder, desde já adiantou que a CMMG não vai aceitar o processo de transferência de competências, é contra a municipalização da Educação, e, por enquanto, ainda não foi contactada oficialmente.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Agradeceu as palavras do Sr. Vereador António Santos, referindo que só faz a sua obrigação e que está sempre contactável a qualquer dia ou hora.
- ⇒ Sinalética precisa-se – tal como já tinha informado na última reunião está a ser estudada e em execução.
- ⇒ Lancil do Largo Ilídio de Carvalho – houve uma reunião dos técnicos com a diretora técnica da obra, para corrigirem algumas situações decorrentes da obra da Resinagem, e este é um dos problemas.
- ⇒ Gaiola de lançamento – já vem do anterior mandato, e foi escolhido o relvado no Parque das Bernardas, junto ao sintético, porque obedece a algumas das regras para a prática deste desporto. Já foi pedida a libertação da garantia da obra da Ribeira das Bernardas mas há problemas com as pinturas e com o relvado que têm de ser regularizados e só então será implantada a gaiola.
- ⇒ Educação – é política nacional. Com a criação dos Centros Educativos não vale a pena investir numa escola para depois ser desactivada. Por outro lado, os meios financeiros e técnicos condicionam a rapidez com que as coisas são feitas, porque as obras têm que ser executadas em aproximadamente dois meses, aproveitando o período de férias.
A este propósito, quis louvar o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e as Escolas de Casal do Malta e da Várzea, que permitiram concluir as obras das respectivas escolas durante o período de aulas.
- ⇒ Projeto “À descoberta das 4 cidades” – é o autarca mais antigo do projecto, pois acompanhou muitas iniciativas enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, e pode afirmar que o mesmo também potencia a atração de pessoas ao concelho, designadamente à Praia da Vieira. Parafraseando o que disse um dos alunos cuja escola participou no projecto, este deve continuar “até que o mundo acabe”.
- ⇒ Tarifário das águas – informou que no âmbito da prestação de serviços adjudicada ao Instituto Superior Técnico para elaboração do tarifário das águas, teve uma reunião com o Coordenador Técnico, que virá à Marinha Grande apresentar o documento, numa reunião de trabalho a realizar no dia 06/05/2015. O Sr. Presidente irá convidar todos os Srs. Vereadores para essa reunião.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

⇒ Mercado Municipal – Ainda há pouco tempo formalizou uma proposta para aquisição de um espaço. Aguarda a resposta, que espera seja positiva, e só depois se iniciará a discussão da implantação do Mercado.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:50 horas às 11:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 6, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE MARÇO DE 2015

204 - Presente a ata n.º 6, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de março de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, por não ter estado presente na reunião.

3 - REQ. N. 335/15, DATADO DE 16/03/2015 – PC N.º 437/14, DATADO DE 17/12/2014 – GUIDO MIGUEL MIRANDA LETRA

205 - Presente requerimento n.º 335/15, datado de 2015/03/16, constante do processo camarário n.º 437/14, subscrito por **GUIDO MIGUEL MIRANDA LETRA**, com o NIF n.º 243325312, residente na Rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 4, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Actor Álvaro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 248, e inscrito na respetiva matriz sob o n.º 64.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/03/18, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Actor Álvaro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 248, e inscrito na respetiva matriz sob o n.º 64, com o número de processo 437/14, com data de entrada em 2014/12/17, apresentado por GUIDO MIGUEL MIRANDA LETRA, com o NIF n.º 243325312, residente na Rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 4, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Apresentação, em igual período, de Planta de Implantação à escala 1/200, contendo a delimitação atual do prédio, área do mesmo, área de implantação, área de logradouro e área de cedência para o domínio público, resultante do alinhamento definido para a edificação e muros de vedação proposto.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
4. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, incluindo o remate do pavimento correspondente à faixa de terreno a ceder para o domínio público, na extensão total do prédio, em cubos de granito, face ao alinhamento definido para a edificação e muro de vedação a construir.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 288/15, DATADO DE 06/03/2015 – PC N.º 411/14, DATADO DE 19/11/2014 – ALBÉRICO BAPTISTA DE SOUSA

206 - Presente pedido com o registo n.º 288/15, datado de 06/03/2015 relativo a licenciamento de um pavilhão destinado a armazém, a erigir num terreno localizado na rua António Batista, n.º 15 e 17, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7196 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8621, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de

licenciamento n.º 411/14, com data de entrada de 19/11/2014, apresentado por **ALBÉRICO BAPTISTA DE SOUSA**, com o NIF 160 365 449, residente na rua da Vitória, n.º 38, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 16/03/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, por cumprir as normas e regulamentos legais aplicáveis, propondo o seu deferimento com o condicionalismo de retificar a configuração e os materiais propostos para os passeios e gares a ceder para espaço público.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de um pavilhão destinado a armazém, a erigir num terreno localizado na rua António Batista, n.º 15 e 17, Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7196 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8621, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 411/14, com data de entrada de 19/11/2014, apresentado por **ALBÉRICO BAPTISTA DE SOUSA**, com o NIF 160 365 449, residente na rua da Vitória, n.º 38, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, de acordo com o n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos seguintes elementos:

1.1.- Peças desenhadas e escritas retificativas que estabeleçam a criação, ao longo da frente do terreno confinante com a rua António Batista, de passeio em calçada à portuguesa com uma largura de 1,60 m, lancil em calcário, gare de estacionamento com largura de 2,50 m em calçada grossa de calcário e guia igualmente em calcário, devendo os remates de topo do estacionamento público ser efetuados a 45º face ao seu desenvolvimento longitudinal;

1.2.- Projetos de especialidade aplicáveis, devidamente elaborados e instruídos.

2.- Assegurar a execução dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 400/15, DATADO DE 25/03/2015 – PC N.º 44/15, DATADO DE 16/02/2015 – MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO E ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES

207 - Presente requerimento n.º 400/15, datado de 2015/03/25, constante do processo camarário n.º 44/15, subscrito por **MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO**, NIF n.º 244501440, com residência na Rua dos Poços, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por **ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES**, NIF n.º 244501882, com residência em 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, referente ao pedido de

licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões/Rua do Casal dos Claros, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/03/30, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agriões/Rua do Casal dos Claros, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14005, e inscrito na respetiva matriz sob o número 10838, com o número de processo 44/15, com data de entrada em 2015/02/16, apresentado por MARINA DO CARMO VINDEIRINHO FAZENDEIRO, NIF n.º 244501440, com residência na Rua dos Poços, n.º 47, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria e por ALAIN THIERRY AUGUSTE VENRIES, NIF n.º 244501882, com residência em 9, Rue Guigneville Andrezel, Seine-et-Marne, França, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agriões, com a largura de 1,60m e com a Rua do Casal dos Claros, com a largura de 2,25m, devendo a curva de concordância entre os dois arruamentos dispor de um raio mínimo de 10m. Os passeios deverão ser executados em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. Na zona das entradas poderá ser rebaixado o passeio. O lancil deverá ser em betão pré-fabricado com uma espessura mínima de 0,12m. Devido à inexistência de um sistema de drenagem da plataforma da Rua do Casal dos Claros, deverá ser considerada uma berma/valeta com 1m de largura, em calçada de calcário ou granito com dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, após execução de uma base em tout-venant com uma espessura mínima de 0,20m. A berma deverá ser executada de modo a fazer uma valeta suave com um fio de água ao meio da berma em calçada.
3. Apresentação de Planta de Implantação, contendo a representação dos passeios, berma/valeta e curva de concordância entre a Rua dos Agriões e a Rua do Casal dos Claros, de acordo com as especificações constantes da alínea anterior.

4. **Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11. alínea anterior, contendo ainda as áreas inicial e final do prédio, bem como a área de cedência para o domínio público.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 421/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 37/15, DATADO DE 05/02/2015 – EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA

208 - Presente requerimento n.º 421/15, datado de 2015/03/30, constante do processo camarário n.º 37/15, subscrito por **EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA**, NIF n.º 230052738, com residência na Rua das Rosas Silvestres, n.º 44, r/c, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar*”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/03/30, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar*”, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19978, e inscrito na respetiva matriz sob o número 13253, com o número de processo 37/15, com data de entrada em 2015/02/05, apresentado por **EDUARDO LUÍS DE OLIVEIRA DINIS DA SILVA, NIF n.º 230052738, com residência na Rua das Rosas Silvestres, n.º 44, r/c, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:**

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.**

2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua Mariana Barosa, com a largura de 2,25m, afastado 3,25m do eixo da via, sendo que, a área sobrance entre o limite do passeio e o arruamento em calçada deverá ser pavimentado em calçada com as dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, em calcário idêntico ao existente na rua.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11. alínea anterior, contendo ainda as áreas inicial e final do prédio, bem como a área de cedência para o domínio público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 429/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 384/14, DATADO DE 31/10/2014 – PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO

209 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1663/14, n.º 326/15 e n.º 429/15 datados de 2014/10/31, 2015/03/12 e 2015/03/30, respetivamente, processo n.º 384/14, a solicitar o licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação da moradia e construção (legalização) de anexo, sitos na Rua Pires de Campos n.º 88, na freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigidos no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1842 e inscrito na matriz predial urbana sob n.º 1787, apresentado por **PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO**, com o NIF 205730655, residente na Rua Professor Egas Moniz, n.º 12 - 6º d.to, na localidade de Quinta do Marques, freguesia e município de Oeiras.

Presente parecer técnico datado de 2015/03/30, que atesta encontrar-se a componente arquitetura em condições de ser deferida.

Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 1663/14, n.º 326/15 e n.º 429/15 datados de 2014/10/31, 2015/03/12 e 2015/03/30, respetivamente, processo n.º 384/14, a solicitar o licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação da moradia e construção (legalização) de anexo, sitos na Rua Pires de Campos n.º 88, na freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, erigidos no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1842 e inscrito na matriz predial urbana sob n.º 1787, apresentado por PAULO SÉRGIO PORTUGAL CARQUEIJEIRO, com o NIF 205730655, residente na Rua Professor Egas Moniz, n.º 12 - 6º d.to, na localidade de Quinta do Marques, freguesia e município de Oeiras, bem como do parecer técnico de 2015/03/30, Câmara Municipal delibera nos termos do artigo 20º n.º 3 alínea a) do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, APROVAR o projeto de arquitetura.

Mais delibera INFORMAR que:

1- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

2- Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º, do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 205/15, DATADO DE 16/02/2015 – PC N.º 438/11, DATADO DE 28/11/2011 – FAMOPLA - FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.

210 - Presente pedido com o registo n.º 205/15, datado de 16/02/2015 relativo a licenciamento de alterações a uma unidade industrial, sita na rua da Estação, n.º 20, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19197 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19369, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 438/11, com data de entrada de 28/11/2011, apresentado por **FAMOPLA - FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA.**, com o NIPC 500 109 079, com sede rua da Benta, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente pedido com o registo n.º 345/15, datado de 16/03/2015 com os projetos das especialidades devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 30/03/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 30/03/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a uma unidade industrial, sita na rua da Estação, n.º 20, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19197 e inscrito na matriz predial urbana

sob o artigo n.º 19369, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 438/11, com data de entrada de 28/11/2011, apresentado por FAMOPLA - FÁBRICA PORTUGUESA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 500 109 079, com sede rua da Benta, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos/do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Delibera igualmente informar que o edifício poderá ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, devendo o requerente solicitar a emissão da respetiva certidão com o pedido de autorização de utilização, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 66 do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 286/15, DATADO DE 05/03/2015 – PC N.º 376/14, DATADO DE 29/10/2014 – FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA

211 - Presente requerimento n.º 286/15, datado de 2015/03/05, constante do processo camarário n.º 376/14, subscrito por **FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA**, com o NIF n.º 221249460, residente na Avenida José Gregório, n.º 170, 3.º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, muros de vedação e piscina*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agostinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12147, e inscrito na respetiva matriz sob o número 10569, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2014/11/28.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/03/19, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, muros de vedação e piscina*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agostinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12147, e inscrito na respetiva matriz sob o número 10569, com o número de processo 376/14, com data de entrada em 2014/10/29, apresentado por FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA, com o NIF n.º 221249460, residente na Avenida José Gregório, n.º 170, 3.º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1. Deverá solicitar aos Serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de água e rede de drenagem predial de águas residuais domésticas, às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas existentes na Rua dos Agostinhos.
2. Executar de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agostinhos, com largura mínima de 2,50m e alinhamento definido por forma a garantir o afastamento de 2,95m ao eixo da referida rua. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.
3. Deverá instalar o recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/90, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 344/15, DATADO DE 16/03/2015 – PC N.º 424/14, DATADO DE 02/12/2014 – FAUSTO ALMEIDA, LDA

212 - Presente pedido com o registo n.º 344/15, datado de 16/03/2015, relativo a licenciamento de obras de alteração para instalação de uma clínica dentária, nas frações “D” e “G” do edifício constituído em propriedade horizontal, sito na Rua das Portas Verdes,

n.º 11, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8185 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19506, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/14, com data de entrada de 02/12/2014, apresentado por **FAUSTO ALMEIDA, LDA.**, com o NIPC 506757188, com sede no aldeamento Santa Clara II, rua da Quinta, lote 99, 3.º Dto, freguesia de Parceiros e Azóia e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 22/01/2015;

Presente informação técnica, datada de 30/03/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 30/03/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração para instalação de uma clínica dentária, nas frações “D” e “G” do edifício constituído em propriedade horizontal, sito na Rua das Portas Verdes, n.º 11, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8185 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19506, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/14, com data de entrada de 02/12/2014, apresentado por **FAUSTO ALMEIDA, LDA.**, com o NIPC 506757188, com sede no aldeamento Santa Clara II, rua da Quinta, lote 99, 3.º Dto, freguesia de Parceiros e Azóia e concelho de Leiria.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 202/15, DATADO DE 16/02/2015 – PC N.º 431/14, DATADO DE 10/12/2014 – JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ

213 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1893/14 e n.º 202/15, datados de 2014/12/10 e de 2015/02/16, respetivamente, processo n.º 431/14, referente a pedido de licenciamento da obra de construção de moradia no prédio sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 540 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 5996, apresentado por JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ, com o NIF 189409398, residente na Rua de Leiria, n.º 35 – r/c, Várzeas, Souto da Carpalhosa.

Presentes pareceres técnicos datados de 2015/03/03 e de 2015/03/16.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos com registo de entrada n.º 1893/14 e n.º 202/15, datados de 2014/12/10 e de 2015/02/16, respetivamente, processo n.º 431/14, referentes ao pedido de licenciamento da obra de construção de moradia no prédio sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 540 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 5996, apresentado por JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ, com o NIF 189409398, residente na Rua de Leiria, n.º 35 – r/c, Várzeas, Souto da Carpalhosa, bem como dos pareceres técnicos datados de 2015/03/03 e de 2015/03/16, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura violar PMOT em vigor, designadamente a alínea a) do n.º 1 do artigo 28º do Regulamento do Plano Diretor Municipal - PDMMG, por não assegurar a servidão do domínio hídrico com afastamento de 10 m à linha de água existente no limite tardoz do terreno, conforme previsto naquela norma.

Delibera ainda INFORMAR que:

- 1- Continuam em falta os seguintes documentos instrutórios, apesar do interessado ter sido notificado para a sua apresentação, através do nosso ofício n.º 31/15, de 2015/01/13:
 - a) Ficha estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;
 - b) Esquema de ventilação de fumos e gases de combustão.
- 2- O muro projetado deverá ser reformulado de modo a garantir a redução da sua altura até um metro ou as condições no n.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal da

Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, que se passam a transcrever:

***“Artigo 18.º
Muros, vedações e respetivos alinhamentos***

1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:

- a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;*
- b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;*
- c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;*
- d) [Revogada];*
- e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;*
- f) Pode aplicar-se para os muros entre extremas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;*
- g) Em casos de colocação de contadores/quadros, os muros de vedação não podem ter altura superior a 1,50m acima da cota do passeio;*
- h) As vedações de propriedades em estrutura amovível (rede metálica suportada por paus tratados ou prumos metálicos chumbados) não devem possuir uma altura superior a 2,00m.*

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior as situações que, pela morfologia e características tipológicas da envolvente, conduzam à verificação de valores distintos dos anteriormente indicados, de forma a poder garantir-se adequada e ajustada inserção urbana.

3 – Os alinhamentos dos muros de vedação confinantes com as vias públicas previamente definidos pelos serviços municipais devem, por norma, ser paralelos ao eixo das vias ou arruamentos com os quais confinam.

4 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que se verifique a existência de condicionalismos decorrentes da estrutura urbana local, que aconselhem e justifiquem a adoção de outro enquadramento mais adequado e integrado.”

3- O muro de vedação deverá ter um alinhamento paralelo ao lancil contíguo ao arruamento, garantindo uma largura livre de 1,5m para passeio.

4- O passeio deverá assegurar uma largura de 1,5m, pavimentado em calçada miúda de calcário com as dimensões de 0,05mx0,05mx0,05m, após execução de uma camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

**12 - REQ. N. 816/14, DATADO DE 03/06/2014 – PC N.º 189/14, DATADO DE 03/06/2014 –
CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA**

214 - Presente requerimento n.º 816/14, datado de 2014/06/03, constante do processo camarário n.º 189/14, subscrito por **CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA**, com o NIF n.º 133934802, residente na Rua do Mirante, n.º 21, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Construção de um muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2719 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 555.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/03/30, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Construção de um muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2719 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 555, com o número de processo 189/14, com data de entrada em 2014/06/03, apresentado por CESARINA FETEIRA PEREIRA MIRA, com o NIF n.º 133934802, residente na Rua do Mirante, n.º 21, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2015/03/30, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o projeto de arquitetura violar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente o Alvará de Loteamento n.º 11/1980, de 13 de outubro de 1980, emitido em nome de Manuel de Oliveira e outro, ao propor a edificação de um muro de vedação em prédio urbano sobreposto parcialmente à área pertencente ao Lote n.º 2 constituído pelo referido alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 422/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 91/15, DATADO DE 30/03/2015 –
SOCINVEST – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS, LDA**

215 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 422/15, datado de 30/03/2015, apresentado por **SOCINVEST – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS, LDA**, com o NIPC 501225560, com morada em Casal da Quinta, Batalha, freguesia e concelho de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Batalha, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada ao abrigo do processo de construção n.º 581 de 1983 e titulado pelo alvará de licença de Obras n.º 944/83, emitido em 05/12/1983.

Presente parecer técnico datado de 30/03/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria nos termos do previsto na aliena a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05/11.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Avenida José Nobre Marques, n.º 1 – 1.º - fração “AH”, São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SOCINVEST – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS, LDA, com o NIPC 501225560, com morada em Casal da Quinta, Batalha, freguesia e concelho de Batalha, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1735/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 552/2014, DATADO DE 12/11/2014 – BRIGITTE DE JESUS FERNANDES

216 - Presente requerimento, registado sob o n.º 1735, datado de 12/11/2014, apresentado por BRIGITTE DE JESUS FERNANDES, com o NIF 209 967 790, residente na rua da Fonte Velha, n.º 23, 1.º Esq., freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar uma vistoria esta fração, de que é titular.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada a 28/11/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no artigo 90º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das medidas adequadas de correção ou eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria, datado de 17/03/2015, referente à vistoria realizada a 17/12/2014, reportando o estado em que se encontrava o imóvel, referindo que se solicitou e obteve a colaboração do sr. Carlos Carvalho, habitante da fração correspondente ao R/C Esq., de onde alegadamente proviriam fumos e odores a fumo, estando igualmente presente um representante da empresa gestora do condomínio (CEMPORMIL, Lda.).

A Câmara Municipal analisou o pedido e o Auto de Vistoria elaborado pela Comissão respetiva e, considerando que a fração correspondente ao 1º andar Esquerdo do edifício sito na rua da Fonte Velha, n.º 23, freguesia e concelho da Marinha Grande reúne as condições necessárias de segurança e salubridade, não se tendo detetado quaisquer anomalias, cheiros ou fumos provenientes de fontes exteriores à mesma, delibera ARQUIVAR o processo, dando disso conhecimento às partes intervenientes, nomeadamente à requerente, Brigitte de Jesus Fernandes, a Carlos Manuel de Oliveira Carvalho e à empresa Cempormil, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1417/12, DATADO DE 27/08/2012 – PC N.º 286/08, DATADO DE 28/08/2008 – ADRIANA PAULA CALADO ROQUE

217 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de um bloco habitacional e garagens*", a que foi atribuído o número de processo 286/08, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6465 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2373, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **ADRIANA PAULA CALADO ROQUE**, com o NIF n.º 200121170, com residência na Rua das Flores, n.º 3, Brejo de Água, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2015/03/23.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/03/23, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, ADRIANA PAULA CALADO ROQUE, com o NIF n.º 200121170, com residência na Rua das Flores, n.º 3, Brejo de Água, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de um bloco habitacional e garagens*", a que foi atribuído o número de processo 286/08, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6465 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2373, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2011/08/18, comunicada através do ofício n.º 739/11, de 2011/08/22, rececionado em 2011/09/01;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2012/09/02 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido da interessada, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 757/12, de 2012/08/30, rececionado em 2012/09/11;
4. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, terminando em 2014/09/02 o prazo para a requerente solicitar o respetivo alvará;
5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2011/08/18, referente à obra de "*Construção de um bloco habitacional e garagens*", a que foi atribuído o número de processo 286/08, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6465 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2373, da freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, NOTIFICAR, a requerente ADRIANA PAULA CALADO ROQUE, com o NIF n.º 200121170, com residência na Rua das Flores, n.º 3, Brejo de Água, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N. 220/11, DATADO DE 31/01/2011 – PC N.º 33/11, DATADO DE 31/01/2011 –
FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA E MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS
CLEMENTE**

218 - Presente processo de licenciamento referente à obra de alteração de edifício de habitação existente, com alteração de uso de habitação para habitação e comércio, localizado na Rua Machado Santos n.º 16 e n.º 18, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18317 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14027, apresentado por **FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA**, com o NIF 194089967, e por **MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE**, com o NIF 187698163, ambos com residência no Largo do Albuquerque, n.º 17, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária datada de 2011/03/10.

Presente informação técnica datada de 2015/03/17, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentação dos projetos de especialidades, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2011/03/10, foi deferido o projeto de arquitetura, do processo camarário n.º 33/11, registado em 2011/01/31, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração de edifício de habitação existente, sito na Rua Machado Santos n.º 16 e n.º 18, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18317 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14027;

- Os titulares do processo de licenciamento **FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA**, com o NIF 194089967, e por **MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE**, com o NIF 187698163, ambos com residência no Largo do Albuquerque, n.º 17, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, foram regularmente notificados pelo ofício n.º 167/11, datado de 2011/03/11, com receção ocorrida em 2011/03/22, sobre o deferimento do projeto de arquitetura do pedido de licenciamento formulado;

- O prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura previsto no n.º 4 do artigo 20.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para que sejam apresentados os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra terminou em 2011/09/22;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

- O prazo de suspensão previsto no n.º 6 do mesmo artigo e diploma legal terminou em 2012/03/22.

Delibera, NOTIFICAR os requerentes, FREDERICO MANUEL GOMES BAROSA, com o NIF 194089967, e por MARCO ANTÓNIO REZOLA Y PALÁCIOS CLEMENTE, com o NIF 187698163, ambos com residência no Largo do Albuquerque, n.º 17, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, para, nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA no prazo de 10 dias, dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 33/11, registado em 2011/01/31, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração de edifício de habitação existente, localizado na Rua Machado Santos n.º 16 e n.º 18, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18317 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14027, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 2004/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 278/12, DATADO DE 05/09/2012 – MANUEL ALVES DUARTE

219 - Presente processo relativo a **alterações a um estabelecimento de bebidas**, no prédio sito na rua Principal, n.º 104, Pilado, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 6291 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 6988 e na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 7963, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 278/12, aprovado em reunião camarária de 09/01/2014;

Presente informação técnica datada de 26/03/2015, reportando que foi ultrapassado o prazo concedido para solicitar a emissão do respetivo alvará de licença de construção, propondo a declaração de caducidade do processo;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 26/03/2015, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1- Considerando que o interessado, **MANUEL ALVES DUARTE**, com o NIF 122 515 013, residente na rua do Terreiro do Penisco, n.º 30, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, foi notificado da **deliberação final** de deferimento do pedido de licenciamento

relativo a **alterações a um estabelecimento de bebidas**, no prédio sito na rua Principal, n.º 104, Pilado, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 6291 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 6988 e na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 7963, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 278/12, tomada em reunião camarária de 09/01/2014, através do ofício n.º 28/14, de 13/01/2014, rececionado a 16/01/2014;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 17/01/2015, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro ;

3- Considerando que o interessado não solicitou a prorrogação do prazo inicialmente conferido, tendo sido esgotado o prazo conferido por lei para solicitar a emissão do alvará ou a prorrogação do prazo para a sua emissão;

4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará tem, como consequência, a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei, para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 278/12, relativo a alterações a um estabelecimento de bebidas, no prédio sito na rua Principal, n.º 104, Pilado, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 6291 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 6988 e na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 7963, da freguesia e concelho da Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, NOTIFICAR o requerente, MANUEL ALVES DUARTE, com o NIF 122 515 013, residente na rua do Terreiro do Penisco, n.º 30, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 397/15, DATADO DE 25/03/2015 – PC N.º 85/15, DATADO DE 25/03/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

220 - Presente requerimento n.º 397/15, datado de 25/03/2015, de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/2127/2015, datado de 09/03/2015, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 8,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua D. João Pereira Venâncio**, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/03/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, EMITIR parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 8,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua D. João Pereira Venâncio, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 244/15, DATADO DE 26/02/2015 – PC N.º 76/2015, DATADO DE 26/02/2015 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA

Sobre este processo foram solicitados alguns esclarecimentos pelos Srs. Vereadores.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou o Sr. Presidente sobre este processo, designadamente sobre o que estava em causa, se a demolição do edifício na totalidade ou apenas em parte.

O **Sr. Presidente** esclareceu que não há condições para licenciar parte do edifício, pelo que aquilo que foi construído antes de 1951 se mantém, daí para a frente tem que ser demolido.

Como se encontravam presentes elementos ligados à Sociedade União de Albergaria, o **Sr. Vereador António Santos** solicitou ao Sr. Presidente uma interrupção nos trabalhos, por breves minutos, para poder esclarecer algumas dúvidas com os membros da colectividade.

O **Sr. Presidente** concedeu esta interrupção, pelo que os Srs. Vereadores, à exceção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, se ausentaram da sala, para os referidos esclarecimentos.

Retomada a reunião, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

221 - Presente requerimento com o registo n.º 244/15, datado de 26/02/2015 relativo à apresentação de relatório pericial efetuado ao edifício da Sociedade União de Albergaria, localizado na rua de Albergaria (E.N. 242), n.º 48, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 76/2015, com data de entrada de 26/02/2015, apresentado por **SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA**, com o NIPC 501 640 029, com sede na Estrada Nacional n.º 242, Albergaria, freguesia e concelho da-Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 23/03/2015, que refere, face ao relatório técnico apresentado, não reunir o edifício, no seu corpo Sul, as condições de idoneidade e integridade estrutural necessárias a assegurar a segurança de pessoas e bens que o utilizem ou que se lhe situem na proximidade, não sendo igualmente viável, tendo em conta as normas urbanísticas impostas pelo PDM da Marinha Grande, proceder ao licenciamento de qualquer edificação que se viesse a prever, em substituição da existente.

Após a análise do pedido, considerando que:

- 1.- O edifício que alberga a sede da Sociedade União de Albergaria é composto por dois corpos distintos, sendo o inicial, construído antes de 1951, localizado junto à EN 242, e o mais recente, executado após 1970, sem o respetivo licenciamento municipal;
- 2.- As informações técnicas que recaíram sobre o estado de conservação do edifício referem que o corpo mais recente se encontra em mau estado, carecendo de uma intervenção profunda, sob pena de, a curto prazo, ou no caso de ocorrência de um sismo, colapsar;
- 3.- A manutenção de uma edificação no lugar do corpo existente a sul, seja decorrente de obras de requalificação e reabilitação estrutural daquele, seja decorrente de obras de raiz, carece de licenciamento municipal, a efetuar nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;
- 4.- O licenciamento dessa edificação não é viável, sendo passível de indeferimento ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do RJUE, por violação de plano municipal de ordenamento do território, ao contrariar o disposto no n.º 10 do artigo 5º do regulamento do PDM da Marinha Grande, ao estabelecer um índice de construção superior ao máximo admitido para o local, de 0,25, assim como por não assegurar a criação de lugares de estacionamento na proporção de 1/100 m2 de construção para comércio ou serviços;

5.- A permanência da edificação, na sua condição atual, resulta em perigo para a segurança de pessoas e bens.

A Câmara Municipal delibera:

ORDENAR, ao abrigo do n.º 3 do artigo 89º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que a SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA, com o NIPC 501 640 029, com sede na Estrada Nacional n.º 242, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, proceda à demolição parcial do edifício onde se situa a sua sede, sito na rua de Albergaria (EN 242), n.º 48, Albergaria, designadamente a área respeitante ao corpo sul, confinante com a rua Sociedade União de Albergaria, por oferecer perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 – A operação de demolição encontra-se sujeita a procedimento de licenciamento, só se podendo efetuar após emissão do respetivo alvará, para o que deverá ser apresentado o respetivo processo de licenciamento, nos termos da legislação em vigor;

2 – Deverá apresentar-se, no âmbito do processo de licenciamento da operação urbanística em causa, peças escritas e desenhadas que representem a totalidade da construção, antes e após intervenção, explicitando os métodos e sistemas previstos de modo a garantir a integridade física da área construída a manter, correspondente ao núcleo inicial da edificação, que se situa ao longo da frente norte do prédio, devendo o respetivo processo ser instruído nos termos e com os elementos constantes no n.º 13 da Portaria n.º 232/2008, de 11/03.

3.- Deverá assegurar-se a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favorável tendo por base o parecer técnico, designadamente o facto de o mesmo indicar a ilegalidade do edificado e o facto de violar o PDM. Lamento que esta situação suceda dado que se trata de uma associação que constrói o seu percurso associativo com esforço e empenho de cidadãos voluntários.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente porque, em função dos elementos apresentados pela Sociedade União de Albergaria, e considerando ainda o relatório que a própria Sociedade apresenta, não me restou qualquer outra hipótese.

Coloco em ponderação que se possa ainda reunir com todas as entidades intervenientes para se equacionar uma solução.

Também me coloco à disposição para participar na reunião proposta.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

O movimento associativo merece-nos todo o respeito e consideração, mas devemos ter em conta os condicionalismos legais e o cumprimento da legalidade a que todos estamos sujeitos."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

"Lamento ter votado favoravelmente a parte da demolição do edifício da Sociedade União de Albergaria mas fui tão só e apenas ao encontro do solicitado pela Instituição. Gostava sobremaneira de ver este assunto resolvido para bem da Sociedade União de Albergaria, prontificando-me desde já a apoiar em tudo o que for possível e dentro do que são os princípios formais para que esta Instituição vá por diante."

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

"Tendo em conta os elementos que a Associação entregou na Câmara Municipal não me resta outra alternativa legal que não o voto favorável do proposto, no entanto considero injusta esta decisão e que pode comprometer gravemente a existência e continuidade da Instituição.

Neste sentido deve a Câmara Municipal, em colaboração com a Instituição, encontrar meios para minorar os prejuízos que advêm da mesma.

Esta solução terá obviamente o meu apoio e a minha participação entusiástica."

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente porque estão em causa as condições de segurança de um edifício de acesso ao público, certificado por um documento entregue pela própria Associação.

Por outro lado, as edificações existentes que não reúnem as condições de segurança, violam claramente o PDM, pelo que não é possível a sua legalização.

Obviamente que a Câmara estará disponível para colaborar com a Associação no encontro das melhores soluções para a continuidade da actividade desta Associação."

O Sr. Presidente subscreveu esta declaração de voto, sublinhando que é a própria S.U.A. que confirma que o edificado não é anterior a 1950.

20 - REQ. N. 215/15, DATADO DE 19/02/2015 – PC N.º 68/2015, DATADO DE 19/02/2015 – JOSÉ MANUEL GOMES PARRACHO

222 - Presente requerimento n.º 215/15, datado de 19-02-2015, apresentado por **JOSÉ MANUEL GOMES PARRACHO**, com o NIF 161466907, residente na Rua Adriano Marques, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que solicita a isenção do pagamento das taxas municipais devidas pela emissão de certidão respeitante à certificação da morada de uma construção licenciada por esta Câmara Municipal, cujo alvará, com o n.º 863 de 25-10-1973, foi emitido em nome de Albina da Luz Gomes, por possuir recursos económicos baixos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Presente informação jurídica datada de 20-03-2015, que se pronunciou desfavoravelmente sobre o assunto, por o pedido não ter enquadramento legal.

A Câmara Municipal apreciou o pedido, bem como a citada informação jurídica e atendendo a que:

- A alínea b) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, com a epígrafe “Isenções e reduções de taxas” estabelece que as pessoas singulares, residentes no Município da Marinha Grande, a quem seja reconhecida insuficiência económica, “podem beneficiar da redução das taxas, devidas pela apresentação de processos de licenciamento, bem como pela admissão de comunicação prévia, emissão de alvarás de licença de obras e de autorização de utilização, até ao limite máximo de 50%, no âmbito da legalização e ou execução de obras de reconstrução, ampliação, ou beneficiação de edificações destinadas a habitação própria permanente do requerente e respetivo agregado familiar”,

Delibera INDEFERIR a pretensão apresentada, através do requerimento n.º 215/15, datado de 19-02-2015, por José Manuel Gomes Parracho, com o NIF 161466907, residente na Rua Adriano Marques, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, para isenção das taxas devidas pela emissão de certidão, respeitante à certificação da morada de uma construção licenciada por esta Câmara Municipal, cujo alvará, com o n.º 863 de 25-10-1973, foi emitido em nome de Albina da Luz Gomes, por a mesma não se enquadrar em nenhuma das situações previstas na alínea b) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, com a epígrafe “Isenções e reduções de taxas”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - BONA VITA, ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE, SA – ISENÇÃO/REDUÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS

Em relação ao processo em apreço, foram efetuados os seguintes comentários:

O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu que apoia a isenção total do valor das taxas municipais, pelo interesse público de que se reveste a construção e porque esta vai contribuir para o desenvolvimento económico e social do concelho.

O Sr. Vereador António Santos referiu que juridicamente é um ato discricionário dizer que a construção é de interesse público, mas entende que se enquadra.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro questionou sobre o que está em causa nesta proposta de deliberação, se é a isenção ou a redução de 50% das taxas. Acrescentou que depreende que a proposta apenas se centra nas taxas devidas pela emissão de alvará e as

devidas pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas, ficando de fora as de compensação devida ao município.

Questionou ainda sobre os fundamentos que justificaram a classificação do interesse público em 2005 e se esses pressupostos ainda permanecem? Se a isenção é concedida ao abrigo do desenvolvimento económico ou social e do interesse público? Quantas entidades já beneficiaram da isenção/redução de taxas ao abrigo destas circunstâncias ou do interesse público? Se isto significa que a partir desta data todas as empresas que colocarem postos de trabalho ou tiverem serviços na área da saúde estarão isentas do pagamento das taxas? Se no entendimento do executivo permanente estas isenções têm que ir à Assembleia Municipal?

O **Sr. Presidente** disse que se trata de uma isenção e não redução, que o interesse público foi definido em 2005, e que estas isenções não têm que ir à Assembleia Municipal porque o Regulamento já foi.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que havendo enquadramento legal, e parece-lhe que o há, irá votar favoravelmente porque é bom para o futuro, e esta decisão será seguida futuramente e é bem-vinda para o concelho. Por outro lado, face à natureza do investimento, entende que é de todo previsível que os 35 postos de trabalho terão um carácter de continuidade, para além de 1 ano. Julga que deverá ser acautelada a transferência de postos de trabalho de uma empresa para outra, pertencentes aos mesmos accionistas, embora lhe pareça que neste caso o risco será muito pouco.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

223 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 348/15, datado de 17-03-2015, apresentado por Bona Vita, Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde, SA, NIPC 506983960, com sede no edifício Pinus Park, estrada de Leiria, n.º 212, 2.º, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de obras n.º 892/05, em que é solicitada a isenção de taxas ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização da Marinha Grande – RMEUMMG.

A Câmara Municipal apreciou o pedido apresentado por Bona Vita, Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde, SA, com registo de entrada n.º 348/15, datado de 17-03-2015, e:

- Considerando que por deliberação camarária de 14-07-2005, o empreendimento a construir no lugar da Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande, que se destina à prestação de serviços na área dos cuidados de saúde continuados e paliativos, propriedade da interessada, foi considerado como equipamento de interesse concelhio e público;
- Considerando, ainda, que para esta qualificação contribuiu a circunstância de a interessada se ter comprometido a criar 35 novos postos de trabalho;

- Considerando que, na sua reunião de 14-11-2014, entendeu como relevante a construção em causa, na medida em que vinha responder “às crescentes necessidades da população, decorrentes de doença prolongada, incurável e progressiva que afeta os doentes, mas também as suas famílias” e possibilitava a criação de postos de trabalho;
- Considerando que o envelhecimento da população e os problemas de saúde daí advenientes são uma realidade incontornável;

Delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização da Marinha Grande - RMEUMMG – isentar o pagamento do valor de 39.316,48 € (trinta e nove mil e trezentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos), conforme anexo I que se anexa (Anexo 1) e que passa a fazer parte integrante da presente deliberação, respeitante às taxas municipais, devidas pela construção de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, no lugar de Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande, pela sociedade Bona Vita, Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde, SA, com o NIPC 506983960, com sede no edifício Pinus Park, Estrada de Leiria, n.º 212, 2.º, 2430-527, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de obras n.º 892/05, licenciada através da deliberação camarária de 15-04-2010, por considerar que a construção daquela unidade se reveste de inegável interesse público e social para o concelho, não só porque preenche uma lacuna nesta área tão importante de suporte a doentes em fim de vida, como também propiciará a criação de postos de trabalho, numa época em que o desemprego constitui um grave problema social.

A isenção/redução do valor das referidas taxas fica condicionada:

- À criação de 35 novos postos de trabalho, comprovada pela apresentação dos respetivos contratos de trabalho, no prazo de 6 meses a contar da emissão da autorização de utilização para o referido empreendimento;
- À manutenção desses mesmos postos por um período de 1 ano;
- À apresentação mensal, durante esse ano, de extrato emitido pelo Instituto de Segurança Social, dos dados relativos a esses trabalhadores;

A não comprovação ou redução do número de postos de trabalho contratualizados implica o pagamento do montante correspondente à isenção/redução concedidas, acrescido de juros de mora.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Tendo o Sr. Presidente referido que a justificação da proposta de isenção das taxas se justifica no desenvolvimento económico ou social e interesse público ou social da operação urbanística em apreço, entendo que o processo não está devidamente fundamentado, designadamente quanto ao interesse público. Reconheço a inequívoca importância da

construção de equipamentos sociais e de saúde, a mais valia da criação de emprego que este tipo de estrutura promove, mas entendo que o objecto desta operação urbanística não é enquadrável na classificação de interesse público. Por definição, o “interesse público” é o interesse colectivo, é o interesse geral de uma determinada comunidade, é o bem-comum devendo garantir-se a igualdade de tratamento na administração (cf. n.º1 art. 266º CRP e o art. 5.º CPA). No caso em apreço e nas considerações apresentadas não se vislumbra que se trate de um bem comum quando o promotor é uma entidade com fins lucrativos, uma sociedade anónima, que tem por objecto “alojamento, a prestação de cuidados de saúde e a prestação de serviços de âmbito recreativo, social e cultural para idosos, crianças e deficientes” e poderá ainda associar-se em “agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou outras associações de pessoas coletivas”. No entanto, em termos de impacto no desenvolvimento económico e social reconheço a importância deste investimento. Se o programa de Apoio ao Desenvolvimento tivesse acolhido a proposta do MpM-Movimento pela Marinha, agora estaríamos em condições inequívocas de isentar estas taxas apoiando o desenvolvimento económico e social que este projecto pode significar. Entendo que a isenção deve ser aprovada pelo órgão deliberativo, assembleia municipal.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente, não tanto pela valoração jurídica do termo “interesse público”, mas pela concepção de que este interesse público significa importância para a economia do concelho da Marinha Grande.

Votei favoravelmente porque também nos termos da informação técnica a isenção em causa se encontra consubstanciada e devidamente fundamentada na alínea b) do n.º 2 do art.º 119.º do RMEUMMG.”

22 - INÍCIO DO PROCEDIMENTO RESPEITANTE À SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO – RMEUMMG

224 - Em 30 de abril de 2013, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou a primeira alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG.

No período que mediou entre a data da publicação (30-05-2013) daquela alteração e a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro (10-01-2015), que procedeu a alterações ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação - RJUE - decorreu, apenas, um ano, sete meses e 10 dias.

Apesar do curto prazo decorrido impõe-se, uma vez mais, proceder a alterações àquele Regulamento, resultantes das várias novidades trazidas por aquele diploma legal, desde logo da introdução da figura da (mera) comunicação prévia (artigos 34.º e 35.º do RJUE).

Com esta nova realidade a Câmara Municipal deixa de proceder ao controlo prévio de determinadas operações urbanísticas, passando as mesmas a estarem, apenas, dependentes de uma comunicação do interessado.

Deixa, assim, de existir um ato permissivo por parte do órgão competente, bastando a declaração do interessado para se produzirem determinados efeitos jurídicos de forma imediata, desde que preenchidos determinados pressupostos regulamentares.

Urge, por isso, proceder à criação desses pressupostos ou regras de modo a incluí-los no regulamento municipal atualmente em vigor. Esta premência faz-se, sobretudo, sentir no que diz respeito à instalação de redes de comunicações eletrónicas que passaram a seguir aquele regime simplificado e desburocratizado, impondo-se, igualmente, adequar as taxas a esta nova realidade procedimental.

Ao longo do período que decorreu desde a publicação da primeira alteração ao RMEUMMG, foram sendo detetadas outras situações que carecem de regulamentação. Entre elas, apontamos a necessidade de criação de uma norma que sancione a execução de obras para além do prazo previsto no respetivo alvará.

Verificou-se, ainda, a necessidade de rever algumas normas cuja redação dificulta a sua aplicação, como é o caso das respeitantes às isenções ou reduções de taxas consagradas no artigo 119.º do RMEUMMG.

Estas e outras situações, que melhor se identificarão na nota justificativa do projeto de alteração do RMEUMMG, determinam que se dê início ao respetivo procedimento.

Face aos motivos invocados a Câmara Municipal delibera DAR INÍCIO à segunda alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e a Urbanização da Marinha Grande – RMEUMMG - cabendo à Divisão do Ordenamento e do Território constituir uma equipa multidisciplinar para o efeito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE - OBRA SITA NA RUA D. FERNANDO I – S. PEDRO DE MOEL. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

225 - Presente despacho n.º 129/2015, de 30 de março, com o seguinte teor integral:

Na presença de requerimento, rececionado na presente data, apresentado por Timothy Alexander Tacchi e Betina Kunzl Tacchi, através de mandatários com poderes para o efeito, pelo qual se requer o agendamento de reunião presencial e a prorrogação do prazo para o exercício do direito de audiência prévia por período não inferior a 15 dias úteis, cujo teor se dá por integralmente reproduzido e considerando que:

- No despacho n.º 84/2015, de 26 de fevereiro, é claramente afirmado estar-se perante a violação do artigo 5.º, n.º 6, do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, pelo que não pode colher o desconhecimento da alegada dimensão do objeto do despacho devidamente identificado no processo;

- A Câmara Municipal disponibilizou, de imediato, todos os documentos requeridos pelos interessados, fazendo chegar essa informação pelas vias mais expeditas conforme solicitado;

- Perante a intenção de embargo e, em seguida, perante a intenção de declaração de nulidade das deliberações tomadas no âmbito do processo n.º 254/10, a opção dos requerentes consistiu na continuação de execução da obra, como se tais propósitos não existissem e não estivessem devidamente comunicados;

- O pedido de prorrogação do prazo de audiência prévia é manifestamente desproporcionado em função dos elementos disponibilizados aquando das respetivas notificações e não se encontra, em qualquer caso, fundamentado de forma consistente, não é fornecido qualquer elemento que permita aferir da efetiva insuficiência do prazo fixado, a necessidade de realização de qualquer diligência de especial complexidade ou sequer a existência de um motivo de força maior. Ora, o período pascal não é, evidentemente, uma razão sólida e pertinente que justifique o prolongamento do prazo de audiência prévia;

- Não se ignora que qualquer cuidado maior por parte dos interessados teria consistido na suspensão temporária dos trabalhos, por sua iniciativa, até ao pleno esclarecimento das circunstâncias inerentes à sua execução, o que não se verificou, bem pelo contrário;

- A prorrogação do prazo de audiência prévia no cômputo requerido agrava de forma manifesta a situação da obra sem que para tanto se apresente a devida assunção de responsabilidade por parte dos requerentes, que aliás se estende por toda a sua execução;

- A Câmara Municipal está disponível para atender os requerentes, os seus mandatários ou técnicos, reservando-se data para esse efeito no momento pertinente, sem que esse seja, no entanto, o local próprio para o exercício do direito de audiência prévia;

- Apesar do exposto e em função da próxima tomada de decisão em relação à intenção de embargo da obra e ao facto de a competência de declaração de nulidade caber ao órgão Câmara Municipal que reúne com periodicidade quinzenal, é viável prorrogar o prazo de audiência prévia, sem prejuízos adicionais para o interesse público, até ao dia 9 de abril de 2015, inclusive.

- A presente decisão de prorrogação do prazo é urgente, tendo em conta a necessidade de garantir a conformidade das operações urbanísticas com o plano municipal de ordenamento do território vigente e aplicável, o que impede a manutenção na ordem jurídica de deliberações que violam de forma direta e manifesta o n.º 6, do artigo 5.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, facto de que se deu conhecimento aos requerentes no passado dia 27 de fevereiro, de forma clara e transparente.

Assim, **determino a prorrogação do prazo fixado para audiência prévia**, concedido através do nosso ofício S/922/2015, de 19 de março, **até ao dia 9 de abril de 2015, inclusive**, atendendo a que adoção da medida cautelar de embargo impede a continuidade de execução da obra, sem prejuízo de o prazo inicialmente fixado observar escrupulosamente as normas legais aplicáveis e ser proporcional em relação à matéria (extensão e complexidade) que constitui o seu objeto, neste sentido concorre a clareza e detalhe das informações técnicas municipais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

O presente despacho deve ser submetido a ratificação da Câmara Municipal na sua próxima reunião, por ser o órgão competente, tendo em conta a urgência manifesta em comunicar a presente decisão aos interessados e a coincidência de datas que ocorreria entre a sua reunião ordinária e uma eventual reunião extraordinária, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho n.º 129/2015, de 30 de março.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favorável à ratificação do despacho porque o Sr. Presidente considera não haver prejuízos adicionais para o interesse público.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho declarou-se impedida de participar na discussão e votação deste processo, uma vez que, como advogada, já representou os requerentes.

24 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

Assunto retirado da ordem do dia, por se tratar de uma atividade organizada pela Câmara Municipal, no âmbito das comemorações do 25 de abril.

25 - EMPREITADA DE: BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA - CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2009. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.

226 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Beneficiação da Rua da Indústria - Concurso público n.º 04/2009”, em 60 % do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

**26 - EMPREITADA DE: BENEFICIAÇÃO DA RUA DOS OUTEIRINHOS- CONCURSO PÚBLICO
N.º 05/2007. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

227 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Beneficiação da Rua dos Outeirinhos - Concurso público n.º 05/2007”, em 90 % do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

27 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

228 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Construção do Centro Empresarial da Marinha Grande - 2ª fase – Concurso Limitado n.º 01/2006”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 08 de fevereiro de 2007, à empresa “Telhabel Construções, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227.º e 229.º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

229 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Execução de infraestruturas eléctricas e de AVAC no Centro Empresarial da Marinha Grande – Concurso Limitado n.º 11/2007”,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

adjudicada por deliberação de Câmara, de 03 de abril de 2008, à empresa "Telhabel Construções, S.A.".

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227.º e 229.º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO – RECONSTRUÇÃO DE MURO PROPRIEDADE DE MARIA CELESTE SOUSA CARDEIRA

230 - Na sequência da elaboração do projeto para a "Requalificação da rua 10 de Junho - Moita" que a Câmara Municipal pretende levar a efeito, é necessário proceder à demolição e reconstrução do muro da proprietária em referência por este não apresentar condições de estabilidade para a execução dos trabalhos previstos em projeto, tendo sido realizados os contactos necessários à efetivação do acordo e tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para a demolição e reconstrução do muro sito em prédio urbano propriedade de Maria Celeste Sousa Cardeira, NIF 127211659, com artigo matricial n.º 468.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação para demolição e reconstrução do muro sito no prédio propriedade de Maria Celeste Sousa Cardeira, com artigo matricial nº. 468, conforme consta da ficha anexa (Anexo 2) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2014. MANDATO DISCRIMINADO.

Sobre os documentos em apreço foram colocadas algumas questões que foram esclarecidas pela **Dr.ª Fátima Cardoso, Administradora da TUMG**, que se encontrava presente na reunião.

Depois de prestados todos os esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

231 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre o relatório e contas relativos ao exercício de dois mil e catorze, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa, de acordo com o artigo 12.º, n.º 2, dos estatutos da empresa.

Presente Relatório e contas de 2014, acompanhados do parecer e certificação legal das contas, emitidos pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar o relatório e contas relativos ao exercício de 2014, aprovar a proposta de aplicação de resultados e apreciar positivamente a atuação da administração e fiscalização da empresa.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor, 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Sobre este processo recomenda-se/sugere-se que a TUMG defina estratégias/medidas conducentes à criação de condições de auto sustentação financeira, que não exija uma tão grande dependência do Município para que o seu saldo seja positivo, que melhore a prestação do serviço de transportes públicos e escolares. Não faz sentido a CM estar a subsidiar uma entidade empresarial municipal quando não se verifica aumento de actividade e há um tão elevado nível de disponibilidade. Deve ser realizado um estudo económico para que perceba quais os ganhos da administração com a gestão dos transportes entregue a uma entidade empresarial municipal.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Analisamos as contas em 3 diferentes vetores:

- o do rigor das contas;*
- o da variação das receitas e n.º de passageiros transportados;*
- o da geração de receitas em serviços complementares, nomeadamente o da publicidade e serviços complementares.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Se no primeiro não temos críticas a apresentar, no segundo e terceiro constatamos que se mantêm válidos os argumentos anteriormente utilizados que demonstram falta de eficácia da profissionalização destes serviços através de uma empresa municipal.”

O Sr. Vereador António Santos disse que votou favoravelmente, tendo em conta o parecer do Fiscal Único e o Relatório e Contas.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente da discussão e votação, por se ter declarado impedido, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal, S.A. .

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

232 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro,

Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos

requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

E atendendo a que,

A globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esses pedidos de verificação já foram submetidos, conforme números de pedidos de verificação e datas indicados na lista anexa.

O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

Em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos prévios da despesa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** tinha perguntado qual é o processo que justifica o parecer jurídico no valor de 4.995,00€, da Dr.ª Fernanda Paula Oliveira, tendo sido referido que é o de S. Pedro de Moel.

32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE PARA O PERÍODO DE 24 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

233 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 20/2015 de 4 de fevereiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 16975 e informação CR.14/2015 da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, onde se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de *“Manutenção dos espaços verdes na freguesia da Marinha Grande para o período de 24 meses”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 17130 foi submetido a 30/03/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017, para a contratação da prestação de serviços de *“Manutenção dos espaços verdes na freguesia da Marinha Grande para o período de 24 meses”* na classificação orgânica/económica 07/020203, na ação do PAM 2014/A/102, tendo sido emitido o cabimento, pelos serviços da área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 99.600 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, atento o contrato vigente em 2014, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Manutenção dos espaços verdes na freguesia da Marinha Grande para o período de 24 meses”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 17130 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE GEOMÉDIA”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE MAIO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

234 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 15612/2015 e informação SS.01.2015, ambas da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação da prestação de serviços de *“Assistência técnica ao software Geomédia”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2015, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 23/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à entidade INTERGRAPH (PORTUGAL) - SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA, S.A., NIPC 502 679 468, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da prestação de serviços de *“Assistência técnica ao software Geomédia”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2015, na classificação orgânica/económica 05/020219 ação do PAM 2014/A/82, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.232,39 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este

respeita a redução remuneratória preceituada no n.º1 e n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de *“Assistência técnica ao software Geomédia”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2015, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais, conforme documentação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Assistência técnica ao software Geomédia”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – 4.ª REVISÃO DE PREÇOS

235 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 02 de setembro de 2010 foi adjudicada a *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”*, com a duração de 5 anos, à empresa ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A./PRAGOSA AMBIENTE, SA pelo valor total de 2.368.290 euros (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa euros), acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que atento o preceituado no artigo 13º do caderno de encargos e na cláusula 6ª do contrato, este está sujeito a revisão de preços anual, a partir do segundo ano de vigência do contrato, indexada ao índice de preços do consumidor verificado no período anual antecedente disponível.

Considerando que, na data da 2ª revisão de preços, em março de 2013, e na sequência da divergência de entendimento entre a empresa e a autarquia de qual o índice de preços do consumidor a aplicar a este contrato foi requerido parecer jurídico.

Na sequência do despacho do Sr. Presidente foi elaborada informação pela Divisão Jurídica e de Comunicação, datada de 15 de abril de 2013, da qual se pode extrair a seguinte informação:

“...Parece, assim, evidente que o índice de preços no consumidor a ter em conta não corresponde ao ocorrido em dezembro de cada ano, mas sim ao mesmo indicador, num período de 12 meses, disponível à data em que a revisão de preços é susceptível de produzir os seus efeitos...”

“...Nestes termos, não parece de aceitar a interpretação do cocontratante que assenta na aplicação do indicador previsto contratualmente em função do ano civil anterior. Pelo contrário, o indicador a ter em conta é o que estiver disponível na data em que a revisão deva ocorrer, abrangendo o período de tempo contado desde a data de aniversário do contrato...”

“...O índice de preços no consumidor a ter em conta deve respeitar o índice geral, nos exatos termos da sua disponibilização, sem desconsiderar componentes que não foram contratualmente excluídas. Para este efeito deve ter-se como referência a informação mensalmente disponibilizada pelo INE.

“...O período anual antecedente disponível, medeia entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013 (tendo como referência a data da deliberação camarária de 21/03/2013), pelo que a actualização do preço unitário se cifra em 2,2% (IPC, em fevereiro de 2013).”

Considerando que em reunião camarária de 11 de junho de 2013 foi deliberado aprovar a 2ª revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfeção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor de 2,2%, passando o preço unitário por tonelada de 27,58€ para 28,19€.

Considerando que em reunião camarária de 20 de março de 2014 foi deliberado aprovar a 3ª revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfeção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor de -0,1%, passando o preço unitário por tonelada de 28,19€ para 28,16€.

Considerando que na informação da Divisão Jurídica e Contratação, datada de 30 de março de 2015, foi mantido o entendimento jurídico emanado a 15 de abril de 2013 e que tem vindo a ser adotado pela DFTI nas revisões de preços do presente contrato.

Considerando o exposto e atendendo a que o IPC que se verifica em fevereiro de 2015, publicado pelo INE a 11 de março de 2015 é de -0,2%, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea b), n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, nos

termos do art.º 33, nº 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) e da cláusula 6.ª do contrato celebrado, aprovar a revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor de -0,2%, devendo a mesma produzir efeitos a partir do dia 28 de março de 2015, passando o preço unitário por tonelada de 28,16€ para 28,10 €, que corresponde um decréscimo de 0,06€ por tonelada, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA MARGARIDA ALEXANDRA CARDOSO SILVA, RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 9 RÉS DO CHÃO DIREITO PARA A HABITAÇÃO N.º 44, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL, POR MOTIVOS DE SAÚDE E OUTROS.

236 - Presente informação n.º 380 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 23 de março de 2015, referente ao pedido de transferência habitacional efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que, em 5 de fevereiro do ano transato, através de ofício com o registo de entrada 1166/2014, a referida inquilina solicitou transferência habitacional;

Considerando que, à data não foi possível atender o seu pedido, uma vez que não existiam habitações disponíveis em condições de habitabilidade;

Considerando que, desde o ano transato o pedido de transferência habitacional é reiterado constantemente;

Considerando que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande: *“A transferência de fogos de habitação social, far-se-á, de entre outros, por motivo de idade, doença, aumento e/ou redução do agregado familiar.”*

Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo do referido documento: *“a possibilidade de transferência está condicionada não só à existência de fogos disponíveis para atribuir, mas também de outras pessoas mais carenciadas e, ainda à inexistência de rendas.”*

Considerando que, a inquilina preenche os requisitos exigidos, em caso de transferência habitacional, nomeadamente doença, como comprova a declaração do CSMG em anexo;

Considerando que, desde o final do ano transato, se encontra vaga uma habitação sita na Rua Bairro do Camarnal, designadamente a n.º 44, também ela de tipologia T2, ou seja, adequada à dimensão deste agregado familiar;

Considerando, por fim, o despacho favorável do Sr. Vereador Vítor Pereira, datado de 18 de fevereiro do corrente ano, face ao pedido de transferência da arrendatária em causa.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a transferência da inquilina Margarida Alexandra Cardoso Silva, atualmente residente no rés-do-chão direito do Bloco 9 da Rua Professor Melo Vieira, para a habitação n.º 44 sita na Rua Bairro do Camarnal, lugar do Camarnal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉ-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5 SITA NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, CASAL DE MALTA, A FAVOR DE ELIZABETE DO COUTO ALVES, POR MOTIVO DE DIVÓRCIO.

237 - Presente requerimento da interessada com o registo de entrada n.º 2502, datado de 16 de março de 2015, a solicitar a transmissão do direito do arrendamento da habitação mencionada em epígrafe.

Presente ata da Comarca de Leiria, datada de 7 de janeiro do corrente ano, a dar conta da dissolução do casamento entre o titular do contrato de arrendamento e Elizabeth do Couto Alves, bem como da atribuição do direito à casa de morada de família, por mútuo acordo, a esta última.

Presente informação n.º 390 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.-, datada de 23 de março de 2015, a propor a transmissão do direito de arrendamento para o nome de Elizabeth do Couto Alves.

Considerando que, José Manuel Ribeiro Vasconcelos, anteriormente casado com Elizabeth do Couto Alves é, ainda, o titular do contrato de arrendamento;

Considerando que, na ata de divórcio por mútuo consentimento, nos é comunicada a dissolução do matrimónio entre ambos;

Considerando que, o referido documento atesta ainda que, através de acordo homologado entre ambos, a casa de morada de família, foi atribuída a Elizabeth do Couto Alves;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do art.º 1105 do Código Civil: “ *Incidindo o arrendamento sobre a casa de morada de família, o seu destino é, em caso de divórcio ou de separação judicial de pessoas e bens, decidido por acordo dos cônjuges, podendo estes optar pela transmissão ou pela concentração a favor de um deles*”.

Considerando que, de acordo com o n.º 2 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, Elizabete do Couto Alves, tem direito ao arrendamento, na medida em que: “ *A transmissão da posição do arrendatário transmite-se ainda por divórcio.*”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome de Elizabete do Couto Alves – contribuinte fiscal número 174300891.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal, passem a ser emitidos em nome de Elizabete do Couto Alves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO RÉS-DO-CHÃO ESQUERDO DO BLOCO 5, SITA NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, TRANSMITIDA A FAVOR DE ELIZABETE DO COUTO ALVES, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR.

238 - Presente informação n.º 395 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 23 de março de 2015, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que, a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao

rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º e o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Elizabete do Couto Alves, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Professor Melo Vieira:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
5	Elizabete C. Alves	R/C Esq.º	25/07/2013	9,21€	5,07€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 4, ATRIBUÍDA A DIAMANTINA PINTO HENRIQUES, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR.

239 - Presente informação n.º 379 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 23 de março de 2015, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

Considerando, por fim que, dos cálculos efetuados resulta que, se terá de aplicar o constante no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º e o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Diamantina Pinto Henriques, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua António Lopes:

ATUALIZAÇÃO FASEADA

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Diamantina Henriques	4	04/11/2004	7,12€	24,11€	41,09€	58,08€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE MAIO DE 2015.

240 - Presente informação n.º 392/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 23 de março, referente à atualização anual de duas rendas de habitação social, localizadas na Rua Professor Melo Vieira.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de maio de 2015, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE MAIO:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
1	Virgílio Gil João	2.º Dto	29/04/2013	107,20€	121,53€
1	Zélia Maria Oliveira	3.º Esq.º	22/03/2012	4,85€	4,23€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JUNHO DE 2015.

241 - Presente informação n.º 400/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 24 de março, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Avenida da Liberdade, Rua Adriano M. Nobre, Rua Bairro do Camarnal, Rua António Lopes, Praceta da Liberdade e Rua Professor Melo Vieira.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE JUNHO:

Avenida da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
L	Leonor M. Duro	1.º Esq.º	15/05/2013	22,84€	20,00€
L	M.ª Manuela S. Bento	4.º Esq.º	11/05/2013	28,97€	17,98€

R.ª Adriano M. Nobre:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Sandra M.ª C. Pereira	91	11/05/2013	56,54€	50,50€
Marina A. Fernandes	18	11/05/2013	4,85€	9,37€

R.ª Bairro do Camarnal:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Daniela G. Veloso	46	13/05/2013	46,12€	59,79€
António Dias Pereira	49	11/05/2013	5,05€	4,19€
Alfredo Mota Almeida	51	11/05/2013	5,02€	4,19€
Vera Filipa G. Bispo	52	11/05/2013	60,27€	73,97€

R.ª António Lopes:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Francisco H. M. Cardoso	15	11/05/2013	76,03€	55,50€
Cristina Alexandra Lérias	44	11/05/2013	4,85€	4,19€
Leonel Rosário Martins	47	11/05/2013	4,85€	4,19€
Ruben Filipe B. Moreno	64	11/05/2013	26,33€	4,19€
Dulce Helena M. Borges	70	11/05/2013	4,85€	4,19€
Fernanda do Rosário	87	11/05/2013	44,38€	58,25€
M.ª Graça P. dos Santos	93	22/05/2013	11,10€	7,74€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Praceta da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
7	Jorge Franco Vieira	R/C Esq.º	27/03/2007	4,85€	4,19€

ATUALIZAÇÃO FASEADA

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
M.ª do Rosário Reis	2.º Dto	23/05/2005	15,51€	20,75€	26,00€	31,24€

R.ª Professor Melo Vieira:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
5	M.ª Ismênia C. Pereira	2.º Esq.º	03/04/2000	39,86€	38,88€
5	M.ª Cristina Miranda	3.º Esq.º	11/05/2013	44,60€	50,72€

Mais delibera que os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir de 1 de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 4º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

242 - Presente informação n.º 323 datada de 10 de Março de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação das candidaturas às crianças nascidas no 4º trimestre de 2014, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e em reunião da Assembleia Municipal datada a 30 de abril de 2014.

1. Considerando que foram apresentadas 16 (**dezasseis**) candidaturas a este incentivo, relativas a crianças registadas como naturais do concelho da Marinha Grande conforme comprovam os documentos em anexo, nomeadamente:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Nº	1.º Progenitor	NIF	2.º Progenitor (se aplicável)	NIF
1	Renato Ramos Soares	218443986	Sílvia Joana Ribeiro Vitorino	204912008
2	Carina Alexandra da Silva Pato	214427838	-----	-----
3	Telmo Filipe da Cunha Lemos	247898694	-----	-----
4	Dulce Helena Mendes Borges	228944694	-----	-----
5	Lara Silvana Grácio Carreira	222993464	Nuno Filipe Soares Pereira	220993513
6	Vânia Patrícia Sousa Pereira	221087737	-----	-----
7	Rosa Neto Duarte	236746790	Tiago João Esteves Correia	230566014
8	Natália Stoica	248687174	Nicolae Blaja	242018483
9	Iolanda Cristina Dinis da Silva	224458566	Ricardo José Jorge Pereira	233975225
10	Nuno Hélder Capela Figueiredo	217105130	Márcia Sofia Lopes Santos	214623980
11	Luís Fernando Lopes da Silva Rocha	190180854	Isabel Maria Ramos da Veiga	214440397
12	Lara Marques Lino	243190646	Nuno Miguel Lopes Aquino	248948784
13	Luís António de Jesus Monteiro	216842050	Joana Filipa Afonso Gonçalves	227253868
14	Gabriela Maria Costa Gonçalves	211672645	João Ricardo Saraiva Vala	221361111
15	António Jorge Mendes Comenda	221500570	Carla Manuela Lopes Ribeiro	222771470
16	Ana Sofia Pires Salceda	205257984	Paulo Jorge da Cruz Calvo	241722276

2. Considerando que os requerentes vivem no concelho da Marinha Grande há pelo menos 3 anos contínuos, contados da data do nascimento da criança, estão recenseados no concelho desde há, pelo menos, 6 meses anteriores à data da candidatura, não possuem dívidas para com o Município da Marinha Grande, e se enquadram nas condições definidas na alínea a), b) e c) no n.º 3, do artigo 2.º do regulamento, conforme documentos em anexo.

Foram apresentados todos os documentos obrigatórios, no prazo definido de até 6 (seis) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do regulamento.

4. Considerando os rendimentos globais mensais descritos na informação em anexo.

4. Considerando que destas dezasseis candidaturas, duas não cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas na alínea f) do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, uma vez que os rendimentos globais mensais do agregado familiar excedem o valor equivalente a 4 (quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), nomeadamente:

	1.º Progenitor	NIF	2.º Progenitor (se aplicável)	NIF
1	António Jorge Mendes Comenda	221500570	Carla Manuela Lopes Ribeiro	222771470
2	Ana Sofia Pires Salceda	205257984	Paulo Jorge da Cruz Calvo	241722276

Propõe-se o indeferimento das mesmas, nos termos do n.º 2, do artigo 10.º do regulamento, nomeadamente, por não cumprirem os requisitos previstos na alínea f), do artigo 3.º do regulamento Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande.

5. Considerando que as restantes 14 (catorze candidaturas) cumprem as condições de atribuição do incentivo, consagradas nas alíneas a) a f), do artigo 3.º do regulamento Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, e atendendo ao definido na alínea a) e b) do artigo 4.º do regulamento mencionado, propõe-se a atribuição do subsídio nos termos abaixo descritos:

Nº	1.º Progenitor	NIF	2.º Progenitor (se aplicável)	NIF	Subsidio a atribuir	
					Estimativa Pagamento 2015	Estimativa Pagamento 2015
1	Renato Ramos Soares	218443986	Silvia Joana Ribeiro Vitorino	204912008	125,00	125,00
2	Carina Alexandra da Silva Pato	214427838	125,00	125,00
3	Telmo Filipe da Cunha Lemos	247898694	125,00	125,00
4	Dulce Helena Mendes Borges	228944694	500,00	500,00
5	Lara Silvana Grácio Carreira	222993464	Nuno Filipe Soares Pereira	220993513	125,00	125,00
6	Vânia Patrícia Sousa Pereira	221087737	500,00	500,00
7	Rosa Neto Duarte	236746790	Tiago João Esteves Correia	230566014	125,00	125,00
8	Natália Stoica	248687174	Nicolae Blaja	242018483	125,00	125,00

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

9	Iolanda Cristina Dinis da Silva	224458566	Ricardo José Jorge Pereira	233975225	125,00	125,00
10	Nuno Helder Capela Figueiredo	217105130	Márcia Sofia Lopes Santos	214623980	125,00	125,00
11	Luís Fernando Lopes da Silva Rocha	190180854	Isabel Maria Ramos da Veiga	214440397	125,00	125,00
12	Lara Marques Lino	243190646	Nuno Miguel Lopes Aquino	248948784	125,00	125,00
13	Luís António de Jesus Monteiro	216842050	Joana Filipa Afonso Gonçalves	227253868	125,00	125,00
14	Gabriela Maria Costa Gonçalves	211672645	João Ricardo Saraiva Vala	221361111	125,00	125,00

TOTAL 2.500,00€ 2.500,00€

6. Considerando que as candidaturas deverão ser apreciadas no final de cada trimestre e ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 9.º do referido regulamento;

7. Considerando que os anexos constantes na informação condensam a informação constante nos processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

8. Considerando que existe dotação disponível na ação 2014/A/75 do Plano de Atividades Municipal.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 14 (catorze) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo aos requerentes, calculado com base na alínea a) e b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande.

Delibera ainda propor o indeferimento de 2 (duas) candidaturas, pelos motivos acima referidos, concedendo aos requerentes, constantes no quadro infra, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	<u>Até</u> 29/04/2015
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	<u>Até</u> 26/06/2015

Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática do direito da atribuição constante na presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”

42 - PEDIDO DE APOIO À EXPOSIÇÃO DE VIDRO CONTEMPORÂNEO EM VENEZA ORGANIZADA PELO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO VICARTE

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro colocou as seguintes questões:

- a) Porque se está agora a propor um apoio a uma exposição que já está a decorrer desde Fevereiro e termina em Abril?;
- b) Neste âmbito, como se assegura que é cumprido o contrato, designadamente a cláusula 2?;
- c) Qual o retorno para o Município?
- d) Esta exposição tem a participação de artistas marinhenses, quais as obras em questão?;
- e) Quais os custos totais do projecto de modo a que se perceba se a comparticipação de 5.000,00€ é muito ou pouco, no contexto global das comparticipações?

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu que o compromisso foi assumido antes e que agora o processo vem a reunião para regularizar. A Marinha Grande faz parte dos materiais promocionais, e em termos de retorno espera que sejam realizadas mais iniciativas. A exposição não contempla a participação de artistas marinhenses. Desconhece quais os custos do projecto, e os 5.000,00€ foi o compromisso assumido.

Prestados os esclarecimentos, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

243 - Presente a informação nº 1/300/2015 de 4 de fevereiro de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conhecimento de que foi remetida à Câmara Municipal

da Marinha Grande uma proposta para concessão de apoio financeiro ao Centro de Investigação VICARTE da NOVA.ID.FCT – Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT, NIF 513010661, com sede no Campus de Caparica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2829-516 Caparica, para a realização de uma exposição de vidro contemporâneo em Veneza denominada **“Within Light / Inside Glass, an intersection between art and science”**.

Esta exposição está a ser organizada pelo Centro de Investigação VICARTE da NOVA.ID.FCT – Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT, em colaboração com o Instituto Veneto, di Scienzi, Lettere ed Arti, cujos objetivos são a apresentação de uma seleção de obras de arte em vidro, produzidas utilizando várias técnicas e em diferentes contextos culturais, relacionando o efeito da luz com o vidro através de diversas abordagens, em Veneza - um dos mais importantes e reconhecidos centros vidreiros do mundo - para um vasto público internacional. A exposição estará patente ao público até ao fim do mês de abril de 2015, no Palácio Loredan, e conta com uma representação muito expressiva de vários artistas portugueses.

Nos últimos dez anos a comunidade internacional artística tem mostrado um interesse cada vez maior na utilização do vidro como material de expressão e os resultados são sempre surpreendentes e fascinantes.

A realização de uma exposição desta natureza em Veneza, enquanto local de grande importância ao nível da cultura do vidro (Murano) e visitado por milhares de turistas de todo o mundo, é de extraordinária pertinência na medida em que, além da projeção dos artistas portugueses, permitirá projetar as instituições que a ela se associam, contribuindo desta forma, também, para a valorização e divulgação do centro vidreiro da Marinha Grande, bem como do Museu do Vidro/Núcleo de Arte Contemporânea da Marinha Grande.

Para conseguir concretizar este objetivo, Centro de Investigação VICARTE da NOVA.ID.FCT – Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT, solicitou junto de diversas entidades públicas e privadas portuguesas – tal como indicado no documento em anexo enviado por e-mail - entre as quais a Câmara Municipal da Marinha Grande - um conjunto de apoios, essencialmente financeiros, que lhe permitissem assegurar a realização da exposição, e por esta via a representação digna e prestigiante do vidro artístico português de expressão contemporânea em Veneza, assim como das entidades que se associaram ao projeto e do País.

A exemplo de outras unidades de investigação no universo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Centro de Investigação VICARTE, não possui autonomia financeira estando subordinado, em matéria de gestão dos recursos e apoios obtidos, a uma entidade específica, criada pela universidade, denominada de NOVA.ID.FCT – Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT.

O VICARTE visa, sobretudo, estabelecer pontes entre o passado e o presente através do desenvolvimento de novos materiais, aprofundando o estudo das práticas tradicionais de produção assim como a exploração de diferentes conceitos estéticos na área do vidro.

O apoio financeiro de cinco mil euros destina-se, segundo o orçamento em anexo remetido por e-mail, ao pagamento de despesas relacionadas com a conceção e impressão de materiais gráficos e de divulgação; de um catálogo, no qual seria divulgado o Museu do Vidro/Núcleo de Arte Contemporânea da Câmara Municipal da Marinha Grande; despesas de deslocação, estadia e alimentação de técnicos para montar a exposição; construção de caixas para transporte da exposição; pagamento de licenças, seguros, e transportes de ida e retorno da exposição, bem como diversos tipos de materiais e serviços para construção e montagem da exposição.

Deste modo, considerando:

A importância da promoção de parcerias entre o Município da Marinha Grande e outras instituições culturais nacionais e internacionais que permitam a valorização do nosso território, da nossa cultura e do nosso património, bem como a circulação de obras de arte e a apresentação de artistas nacionais que representem o vidro português de expressão contemporânea;

Que o Museu do Vidro da Câmara Municipal da Marinha Grande é o único museu dedicado ao vidro em Portugal e que pretende ser um museu de referência na área do vidro, quer para os artistas, quer para o público em geral, sendo muito importante a sua divulgação na Europa, assim como a promoção do vidro artístico contemporâneo português;

Que as exposições temporárias internacionais são um dos principais veículos para a apresentação do trabalho, das várias sensibilidades estéticas e dos artistas nacionais no mundo, assumindo-se também como plataformas de reconhecimento dos artistas e do seu trabalho, e que a exposição para cujo apoio é solicitado apresenta também as obras de artistas portugueses que representam o vidro português para um vasto público mundial.

Que cabe ao Município da Marinha Grande identificar traços diferenciadores que confiram singularidade à comunidade, procurando potenciá-los na promoção externa do Município associando-se, sempre que possível, a outros agentes de desenvolvimento, procurando alcançar, desta forma, uma maior visibilidade face a outros territórios que, em inúmeros casos, são extremamente competitivos.

Que, pela sua natureza, esta exposição se assume como uma atividade cultural de grande relevância internacional e a associação da Marinha Grande a este evento e aos seus promotores é, sem dúvida, potenciadora de grande notoriedade, junto de um vasto público exigente e seletivo.

Que a Câmara Municipal tem competência para apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o Município, segundo a alínea u, do nº. 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Que a exposição de vidro contemporâneo em Veneza constitui uma atividade de natureza cultural suscetível de potenciar a dinâmica de procura do destino Marinha Grande, constituindo uma mais-valia no que respeita à sua notoriedade interna e externa.

Que a exposição em Veneza também constitui uma atividade de natureza cultural e artística suscetível de divulgar e valorizar a arte do vidro de expressão contemporânea portuguesa e os seus artistas, associada pela via da exposição e do respetivo catálogo ao centro vidreiro da Marinha Grande – Museu do Vidro/Núcleo de Arte Contemporânea da Câmara;

Considerando também que estará associada uma referência clara à Marinha Grande e ao Museu do Vidro nos documentos oficiais de promoção da exposição.

Que está em vigor um Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no qual se estabelece que as entidades beneficiárias devem ter a sua sede social no concelho da Marinha Grande - alínea b), do n.º 2, do artigo 5.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Que é líquido que o Regulamento Municipal apenas é aplicável a entidades e ações que se localizem no concelho da Marinha Grande e que, portanto, não é aplicável às situações em que a entidade beneficiária e/ou atividade não têm ligação direta com este concelho.

Que deste modo podem ser atribuídos apoios a entidades não sedeadas na Marinha Grande para atividades que não se realizem, pelo menos numa primeira fase, neste concelho, contanto que o apoio realize um interesse municipal a cargo da autarquia.

Que pelos motivos acima exposto se considera que esta exposição se reveste de interesse municipal para o município e que traduz em expectáveis benefícios evidentes em matéria de promoção internacional do Concelho e de aumento da atratividade turística, associado aos demais recursos de excelência de que a Marinha Grande dispõe.

Que a norma legal, nomeadamente a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, é mais abrangente do que o objeto do Regulamento Municipal, pelo que aquela prevalece sobre este.

Propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de 5000€ (cinco mil euros) destinado a suportar parcialmente os custos inerentes à realização da exposição, em suporte legal na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, um apoio financeiro de 5000€ (cinco mil euros) à NOVA.ID.FCT – Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT, NIF 513010661, com sede no Campus de Caparica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2829-516 Caparica, que gere o Centro de Investigação VICARTE, para a suportar parcialmente

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

os custos inerentes à realização da exposição *“Within Light / Inside Glass, an intersection between art and science”*, por reconhecer, nos argumentos aduzidos, o interesse de que exposição tem para a projeção Marinha Grande, tendo em conta a visibilidade estimada, do ponto de vista internacional, proporcionada pela referência expressa ao Concelho e ao Museu do Vidro no catálogo oficial e da exposição, que se espera, seja visitada, em grande número, por um público exigente e informado.

A Câmara Municipal delibera ainda, aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 3), a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.

Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2015/A/176 do Plano de Atividades Municipal.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Recomenda-se que este tipo de aprovações aconteça antes da iniciativa decorrer e não no fim, que se aproveite para incluir os artistas marinhenses neste processo. Deve ser uma ação integrada na política cultural e de internacionalização do município e não numa iniciativa pontual.”

43 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia um de abril de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **5.925.833,92€** (cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e três euros e noventa e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

244 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/04/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião